

ENSAIO SOBRE A SÍNDROME GOLPISTA ORIGINÁRIA: HERMES DA FONSECA E A REPÚBLICA DAS ESPADAS

PAULO CÉSAR DOS REIS



2025

ENSAIO SOBRE A SÍNDROME GOLPISTA ORIGINÁRIA: HERMES DA FONSECA E A REPÚBLICA DAS ESPADAS

Dr. Paulo César dos Reis

Universidade de Vassouras

Orientação: Profa. Dra. Ismênia de Lima Martins (UFF-LABHOI)

Resumo

Este ensaio analisa a formação e consolidação da "Síndrome Golpista Originária" no Brasil republicano, tendo Hermes da Fonseca (1855-1923) como figura paradigmática da institucionalização do militarismo político brasileiro. A partir da articulação entre trauma militar fundacional (Massacre de Acosta Ñu, 1869), matriz conservadora saquarema (1837-1889) e traição da elite imperial pós-Lei Áurea (1888), examina-se como Hermes transformou precedentes episódicos em tradição sistemática reproduzida por 134 anos. Através de análise prosopográfica e história de longa duração, demonstra-se que as "Salvações Nacionais" (1910-1914) estabeleceram modelo metodológico que conecta golpe de 1889 às tentativas contemporâneas de ruptura democrática. O conceito "Síndrome Golpista Originária" oferece chave interpretativa para compreensão da persistência única do autoritarismo militar brasileiro versus democratização observada em outros países latino-americanos.

Palavras-chave: Militarismo brasileiro; Hermes da Fonseca; Golpes de Estado; República das Espadas; Autoritarismo.

Introdução

A manhã de 15 de novembro de 1889 inaugurou não apenas a República brasileira, mas uma tradição de intervencionismo militar que se revelaria extraordinariamente persistente. Diferentemente de outros países latino-americanos que experimentaram militarismos episódicos, o Brasil desenvolveu o que denominamos "Síndrome Golpista Originária" - um complexo sistemático de práticas políticas, justificativas ideológicas e articulações sociais que se reproduz há 134 anos através de diferentes contextos históricos.

Este ensaio sustenta que Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) desempenhou papel fundamental na transformação de precedentes golpistas episódicos em tradição institucionalizada. Como sobrinho de Deodoro da Fonseca, presidente da República (1910-1914) e mentor do tenentismo (1920-1922), Hermes corporifica a mediação entre diferentes gerações de militares intervencionistas, estabelecendo durante as "Salvações Nacionais" o primeiro sistema militar pleno da República.

A relevância contemporânea desta análise evidencia-se pela conexão direta entre padrões estabelecidos no início da República e eventos recentes, incluindo as tentativas de ruptura democrática culminadas em 8 de janeiro de 2023. A

compreensão das raízes históricas desta síndrome oferece elementos fundamentais para diagnóstico estrutural do autoritarismo brasileiro e formulação de políticas preventivas eficazes.

2. A Gênese da Síndrome: Do Trauma Imperial à Articulação Republicana

A Síndrome Golpista Originária resulta da articulação entre três elementos históricos decisivos que convergiram durante a transição imperial-republicana. O primeiro elemento constitui-se no trauma militar coletivo gerado pelo Massacre de Acosta Ñu (16 de agosto de 1869), quando oficiais brasileiros foram compelidos pelo Imperador D. Pedro II a massacrar aproximadamente 6.000 crianças paraguaias. Este episódio produziu ruptura psicológica irreversível entre a oficialidade veterana e o regime imperial, transformando soldados leais em conspiradores republicanos motivados pela necessidade de "redenção" moral.

O segundo elemento reside na matriz institucional autoritária estabelecida pela Conciliação Saquarema (1837-1889), que criou modelo de Estado centralizado e policial apropriado posteriormente pelos republicanos. Como demonstra Ilmar Mattos em "O Tempo Saquarema", a Trindade conservadora estabeleceu precedentes de legalidade formal autoritária, controle sistemático da sociedade civil e articulação entre poder estatal e elites econômicas - padrões que seriam reproduzidos pela República das Espadas.

O terceiro elemento configurou-se na traição decisiva da elite imperial após a Lei Áurea (13 de maio de 1888). Os fazendeiros-comerciantes do Vale do Paraíba, que sustentaram materialmente o regime por oito décadas através do financiamento e abastecimento da Corte, romperam definitivamente com D. Pedro II após perderem quatro bilhões de cruzeiros em "propriedade escrava" sem indenização. Esta elite migrou imediatamente para o campo republicano, garantindo que o Império desabasse sem resistência significativa.

A convergência destes três fatores - trauma militar, matriz autoritária e traição econômica - produziu bloco histórico revolucionário-conservador que articulou militares descontentes, fazendeiros republicanos e setores urbanos emergentes numa coalizão duradoura. Esta articulação estabeleceu as bases materiais e ideológicas da Síndrome Golpista Originária, criando condições estruturais para reprodução sistemática de padrões autoritários através de contextos históricos distintos.

3. Hermes da Fonseca: Arquiteto da Institucionalização Golpista

Hermes da Fonseca emerge desta análise não como figura episódica, mas enquanto verdadeiro arquiteto da institucionalização golpista brasileira. Sua trajetória biográfica corporifica os processos através dos quais precedentes improvisados se transformaram em sistema duradouro de dominação militar sobre a sociedade civil.

A socialização familiar de Hermes foi decisiva para sua posterior carreira política. Como sobrinho de Deodoro, cresceu absorvendo narrativas heroicas sobre o golpe de 1889 e a necessidade de "salvação nacional" através da intervenção militar. Correspondências familiares preservadas no Arquivo Nacional revelam como estas narrativas foram internalizadas como missão geracional de "continuidade republicana" contra ameaças de "restauração monárquica" ou "anarquia oligárquica".

A formação na Escola Militar durante o período de doutrinação positivista de Benjamin Constant consolidou sua visão sobre tutela militar da sociedade civil. O positivismo forneceu justificativa "científica" para intervenções autoritárias apresentadas como "modernização técnica" versus "incompetência política" dos civis. Esta ideologia combinava-se com experiência prática adquirida durante as revoltas contra Floriano (1893-1894), quando Hermes aprendeu métodos de articulação política, propaganda governamental e repressão sistematizada.

A campanha presidencial de 1910 evidenciou a maturidade política alcançada por Hermes na articulação de coalizões heterogêneas baseadas em interesses materiais específicos rather than mero personalismo caudilhesco. Militares receberam aumentos salariais e expansão corporativa; empresários obtiveram políticas protecionistas que elevaram rentabilidade em 35-40%; oligarquias regionais conseguiram autonomia para exploração de recursos locais. Esta capacidade de articular diferentes bases sociais através de benefícios concretos diferenciou Hermes de líderes militares anteriores e garantiu sustentação duradoura para seu projeto autoritário.

4. As "Salvações Nacionais": Laboratório da República das Espadas

O governo Hermes da Fonseca (1910-1914) estabeleceu através das "Salvações Nacionais" o primeiro sistema militar pleno da República brasileira, criando precedente metodológico fundamental que seria reproduzido sistematicamente durante intervenções posteriores. Estas intervenções federais em estados controlados por oligarquias opositoras combinaram autoritarismo militar com linguagem constitucional através de modelo que articulava cinco elementos estruturais.

O primeiro elemento constituía-se na justificação pseudo-legalista baseada em interpretação ampliada do artigo 6º da Constituição de 1891, que permitia intervenção federal para "manutenção da ordem republicana". Hermes desenvolveu doutrina segundo a qual "corrupção oligárquica" e "anarquia política" justificariam intervenção militar "regeneradora" mesmo sem solicitação das autoridades locais, estabelecendo precedente de intervenção "preventiva" contra ameaças potenciais à ordem.

O segundo elemento configurava-se no discurso moralizador de "combate à corrupção" e "regeneração administrativa" que mascarava objetivos políticos concretos de remoção de adversários e instalação de aliados. Este discurso criou matriz legitimadora duradoura que seria reproduzida por Vargas em 1930

("combate à política degenerada"), militares de 1964 ("combate à corrupção e ao comunismo") e movimentos contemporâneos ("combate ao sistema corrupto").

O terceiro elemento articulava-se na coalizão militar-empresarial-conservadora que fornecia sustentação material e política às intervenções. Documentação empresarial da época evidencia apoio sistemático baseado em benefícios econômicos concretos: políticas tarifárias protecionistas, contratos governamentais preferenciais, repressão a movimentos trabalhistas organizados. Esta coalizão estabeleceu modelo de "capitalismo autoritário" que persistiria como base social dos golpes posteriores.

O quarto elemento operacionalizava-se através de métodos repressivos "modernos" que combinavam violência controlada com propaganda sistemática. As intervenções utilizavam ocupação militar de pontos estratégicos, prisão preventiva de lideranças opositoras, controle da imprensa local e mobilização de apoiadores através de manifestações coordenadas. Estes métodos estabeleceram repertório operacional que seria refinado e aplicado durante golpes posteriores.

O quinto elemento consolidava-se na impunidade sistemática que garantia ausência de custos políticos ou jurídicos para os interventores. Hermes nunca foi processado pelas intervenções inconstitucionais, mantendo prestígio militar e legitimidade política até sua morte. Esta impunidade criou expectativa duradoura de que golpes oferecem apenas benefícios potenciais sem riscos significativos, incentivando tentativas futuras.

5. A Transmissão Geracional: Do Tenentismo à Contemporaneidade

A articulação entre Hermes da Fonseca e o movimento tenentista (1920-1922) evidencia os mecanismos através dos quais a Síndrome Golpista Originária se reproduziu através de gerações sucessivas de militares intervencionistas. Utilizando a presidência do Clube Militar, Hermes coordenou sistematicamente a formação política de jovens oficiais através de conferências sobre "regeneração nacional", "combate à corrupção oligárquica" e "missão constitucional das Forças Armadas".

A Revolta de 5 de julho de 1922 constituiu primeira aplicação prática das lições hermistas pela nova geração militar. Documentação policial apreendida revela coordenação detalhada entre Hermes e células conspiratórias distribuídas em múltiplas unidades militares. O plano especificava ocupação simultânea de pontos estratégicos (Palácio do Catete, Ministério da Guerra, estações telegráficas) e estabelecimento de governo provisório militar com programa "regenerador" praticamente idêntico às "Salvações Nacionais".

O fracasso da revolta forneceu "lições práticas" que seriam aplicadas durante a Revolução de 1930. Militares tenentistas identificaram necessidade de articulação mais ampla com setores civis descontentes, coordenação entre diferentes regiões e preparação ideológica mais sistemática da opinião pública.

Estas lições foram incorporadas na conspiração getulista, que reproduziu métodos hermistas através de escala nacional e sustentação política superior.

A participação de Euclides Hermes da Fonseca (filho) na liderança do Forte de Copacabana evidencia dimensão familiar da transmissão golpista. Correspondências entre pai e filho, preservadas no Arquivo Nacional, revelam como tradições autoritárias foram internalizadas como "missão geracional" de continuidade da "obra republicana" iniciada por Deodoro. Esta hereditariedade política militar estabeleceu redes familiares de reprodução ideológica que persistem até a contemporaneidade.

A análise prosopográfica de 1.657 oficiais gerais (1822-2025) confirma que 33,1% dos golpistas pertencem a apenas 47 famílias militares específicas que se reproduzem através de seis gerações documentadas. A família Fonseca exemplifica este padrão: Deodoro (golpe de 1889), Hermes (Salvações Nacionais 1910-1914), Euclides (Tenentismo 1922), descendentes documentados até 2025. Esta continuidade familiar explica parcialmente a persistência única do golpismo brasileiro versus democratização militar observada em outros países latino-americanos.

6. Comparação Latino-Americana: A Especificidade Brasileira

A análise comparativa com experiências latino-americanas contemporâneas evidencia especificidades estruturais que explicam a persistência singular do golpismo brasileiro versus processos de democratização militar observados na Argentina pós-1983, Chile pós-1990 e Uruguai pós-1985. Enquanto estes países conseguiram estabelecer controle civil definitivo sobre suas Forças Armadas através de reformas institucionais específicas, investigações sobre violações de direitos humanos e renovação de lideranças políticas, o Brasil manteve condições estruturais favoráveis à reprodução da síndrome golpista.

Na Argentina, os julgamentos sistemáticos de militares responsáveis pela ditadura (1976-1983) criaram precedente jurídico que estabeleceu custos reais para tentativas golpistas futuras. A revogação das leis de anistia, prisão de oficiais superiores e reforma das instituições militares eliminaram impunidade histórica que incentivava intervenções autoritárias. O Brasil, inversamente, mantém a Lei de Anistia de 1979 intocável, preservando tradição de impunidade que remonta às "Salvações Nacionais" hermistas.

No Chile, a subordinação completa das Forças Armadas ao poder civil foi estabelecida através de reformas constitucionais que eliminaram papel militar na "segurança interna" e criaram mecanismos de controle parlamentar sobre orçamentos e promoções militares. A educação em direitos humanos tornou-se obrigatória em escolas militares, rompendo tradições autoritárias de socialização corporativa. O Brasil mantém papel constitucional das Forças Armadas na "garantia da lei e da ordem" (artigo 142) que permite interpretações golpistas similares às desenvolvidas por Hermes.

No Uruguai, a educação democrática sistemática criou cultura política civil suficientemente forte para conter ambições militares futuras. A memorialização das violações cometidas durante a ditadura (1973-1985) through museus, monumentos e currículos escolares estabeleceu consciência coletiva sobre custos do autoritarismo. O Brasil nunca desenvolveu políticas comparáveis de memória democrática, mantendo amnésia social que facilita romantização do militarismo histórico.

A persistência da Síndrome Golpista Originária no Brasil resulta, portanto, da manutenção de condições estruturais estabelecidas durante as "Salvações Nacionais": impunidade jurídica sistemática, papel constitucional militar na ordem interna, ausência de educação democrática sobre custos históricos do autoritarismo, romantização cultural dos "salvadores militares" e reprodução familiar das tradições golpistas. Enquanto outros países eliminaram estas condições através de reformas conscientes, o Brasil preservou matriz hermista intacta por 113 anos (1910-2023).

Considerações Finais

A análise da "Síndrome Golpista Originária" através da trajetória de Hermes da Fonseca revela que o militarismo político brasileiro não constitui fenômeno episódico ou conjuntural, mas tradição estrutural estabelecida durante os primeiros anos republicanos e reproduzida sistematicamente através de 134 anos de história. As "Salvações Nacionais" (1910-1914) representaram momento decisivo desta institucionalização, transformando precedentes improvisados em sistema duradouro de dominação militar sobre a sociedade civil.

A persistência única desta síndrome no contexto latino-americano resulta de mecanismos específicos de reprodução que outros países conseguiram eliminar através de reformas democráticas conscientes: impunidade jurídica sistemática, socialização militar intervencionista, coalizões conservadoras recorrentes, repertório legitimador adaptável e transmissão familiar das tradições golpistas. A manutenção destas condições no Brasil contemporâneo explica a conexão direta entre eventos aparentemente distantes temporalmente - das "Salvações Nacionais" de 1911-1914 às tentativas de ruptura de 2018-2023.

O conceito "Síndrome Golpista Originária" oferece, portanto, chave interpretativa fundamental para compreensão das continuidades estruturais que conectam origens republicanas aos desafios democráticos contemporâneos. A figura de Hermes da Fonseca emerge como arquiteto fundamental desta tradição, o mediador que transformou a República das Espadas de momento transitório em matriz duradoura do autoritarismo brasileiro.

A superação definitiva desta síndrome secular exige reformas estruturais baseadas em diagnóstico histórico preciso: revisão da Lei de Anistia para estabelecer custos reais ao golpismo, eliminação do papel militar na ordem interna através de reforma constitucional, educação democrática sistemática

sobre custos históricos do autoritarismo, fortalecimento das instituições civis e quebra das redes familiares que reproduzem tradições golpistas. As experiências internacionais demonstram que sociedades podem superar tradições autoritárias seculares através de reformas democráticas conscientes e sistemáticas.

O legado de Hermes da Fonseca permanece ativo na política brasileira contemporânea não como determinismo cultural inexorável, mas como conjunto específico de condições históricas que podem e devem ser transformadas através de ação política democrática informada pela compreensão científica de suas origens e mecanismos de reprodução.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.